UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em Biblioteconomia

ANÁLISE DE OBRAS FRANCESAS PROIBIDAS NO SÉCULO XVIII NA FRANÇA E EM PORTUGAL

Mariana Andonios Spyridakis Pereira
Orientador: Profª. Drª. Dulce Maria Baptista

Brasília
2015

Mariana Andonios Spyridakis Pereira

ANÁLISE DE OBRAS FRANCESAS PROIBIDAS NO SÉCULO XVIII NA FRANÇA E EM PORTUGAL

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília

Orientador: Profª. Drª. Dulce Maria Baptista

Brasília

2015

P436a

Pereira, Mariana Andonios Spyridakis.
Análise de obras francesas proibidas no século XVIII na França e em Portugal / Mariana Andonios Spyridakis Pereira. – Brasília, 2015.

47 f.

Orientação: Profª. Drª. Dulce Maria Baptista
Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Curso de Biblioteconomia, 2015.

Inclui bibliografia

1. Livros proibidos. 2. França. 3. Portugal. I. Título.

Titulo: Análise de Obras Francesas Proibidas no Século XVIII na França e em Portugal.

Aluna: Mariana Andonios Spyridakis Pereira

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 18 de novembro de 2015.

Dulce Maria Baptista – Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Cynthia Roncaglio – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Rodrigo Rabello da Silva - Membro
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da Informação

Aos meus avós, Antônio (in memorian) e Dete, seu amor e sua dedicação criaram raízes que sempre irão iluminar minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar por todos os caminhos que me foram iluminados até agora.

À minha mãe, Sophia, pela persistência, força, carinho, cuidado e, principalmente, pelo infinito amor que sempre me dedicou. Se não fosse por você eu não teria chegado até aqui, minhas vitórias são todas suas.

Ao meu pai, José Alair, que tenha sido tão presente em minha vida, mesmo com toda a distância física. Meu amor e admiração por você são enormes.

Ao meu irmão, Luís Antônio, por toda uma vida. Você foi o meu ponto de equilíbrio e o meu amparo diversas vezes, meu parceiro fiel em todos os momentos, fossem eles bons ou ruins. Amo você.

À minha irmã, Patrícia, que sempre foi sinônimo de força na minha vida, você é essencial.

Agradeço a toda minha família pelo apoio e carinho.

Aos amigos que me acompanharam durante a graduação por terem tornado essa fase muito mais simples e feliz. A amizade, o apoio e todos os momentos compartilhados com vocês fizeram toda a diferença nesse processo. Em especial: Raíssa Paranhos, Flávia Ximenes, Jailton Fragoso, Nathália Antunes, Ricardo Tavares, Daniel Pereira, Mayara Campos, Adriana Hiraici, Matheus Rodrigues, Daniel Matias e Kênia Laura.

À minha orientadora Dulce Baptista por ter me guiado com tanta paciência e dedicação para que esse trabalho fosse realizado.

Aos professores Rodrigo Rabello e Cynthia Roncaglio, que aceitaram o convite para participar da banca. Obrigada por disponibilizarem seu tempo e atenção para contribuir com a construção deste trabalho.

A todos aqueles que não foram citados, mas que contribuíram direta ou indiretamente para que esta etapa fosse concluída, muito obrigada!

“Quem me dera ao menos uma vez,
que o mais simples fosse visto como mais importante.”

Índios, Legião Urbana

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo acerca da proibição de obras durante o século XVIII, na França e em Portugal, período este de grandes transformações e inovações que tiveram enorme influência e impacto na literatura da época e, que foi marcado por intensos movimentos culturais e revolucionários. As obras consideradas ilegais eram as que tratavam de anticlericalismo, erotismo ou, então, as que direcionavam críticas ao governo e à sociedade conservadora e privilegiada. O presente estudo analisa os temas presentes em obras proibidas, apontando os motivos que as levaram a ser consideradas como tais. Para essa análise, foram selecionadas obras francesas que foram proibidas nos dois países.

Palavras-chave: Livros proibidos; Censura; Iluminismo; França; Portugal; Brasil Colônia.

ABSTRACT

This paper presents a study about the prohibition of works during the 18th century, in France and Portugal, a period of great changes and innovations that had enormous influence and impact on the literature of the time, which was marked by intense cultural and revolutionary movements. Considered illegal works were those that dealt with anticlericalism, eroticism, or else that directed criticism to the government and to the conservative and privileged society. This study examines the themes presented in prohibited works, pointing out the reasons that led them to be considered as such. In this analysis were selected French works that were banned in both countries.

Keywords: Prohibited Books; Censorship; Enlightenment; France; Portugal; Colonial Brazil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
2 JUSTIFICATIVA 13
3 OBJETIVOS DA PESQUISA 14
3.1 Objetivo geral 14
3.2 Objetivos específicos 14
4 REVISÃO DE LITERATURA 15
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO 15
4.1.1 França 15
4.1.1.1 Iluminismo 16
4.1.1.2 Revolução Francesa 17
4.1.2 Portugal 19
4.1.2.1 Brasil 21
4.2 LITERATURA PROIBIDA 23
4.3 MERCADO LITERÁRIO CLANDESTINO 24
4.3.1 Mercado literário clandestino francês 25
4.3.2 Mercado literário clandestino português 26
5 METODOLOGIA 28
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS 29
6.1 Obras proibidas na França 29
6.1.1 *Du Contrat Social* 29
6.1.2 *L'an 2440* 30
6.1.3 *Thérèse Philosophe* 31
6.2 Obras proibidas em Portugal 33
6.2.1 *Dictionnaire Philosophique* 33
6.2.2 *Émile* 34
6.2.3 *La Religieuse* 35
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 37
REFERÊNCIAS 39
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES 40
ANEXO I 42

1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos tempos, o livro por muitas vezes teve sua história ligada a grandes transformações no âmbito cultural e intelectual. Antes da invenção da imprensa móvel, momento em que a palavra impressa passou a ser produzida em larga escala, os conhecimentos eram transmitidos oralmente e, assim, era muito mais simples para os poderes dominantes controlar a divulgação desses. As ideias e conhecimentos impressos se tornaram sinônimo de ameaça, pois passaram a atingir um número muito maior de pessoas e, pensando dessa forma, os poderes e os setores mais conservadores da sociedade perceberam a necessidade de limitar a leitura do povo.

Durante o século XVIII a produção intelectual foi enorme e o cenário se encontrava agitado por movimentos progressistas, inovadores e revolucionários, estes tendo claramente influenciado na escrita e na divulgação de novos ideais, contestando as estruturas existentes na época. Por essa época, na Europa, já estavam consolidados mecanismos que existiam para censurar e proibir a propagação da palavra escrita considerada perigosa e, com o advento de novas obras de cunho inovador e questionador, a Igreja e o Estado, instituições responsáveis pelo controle social, intensificaram esses mecanismos.

O esquema de proibição de obras pela Igreja e pelo Estado tanto buscava defender e preservar seus próprios interesses, como também o da sociedade conservadora e da nobreza, que os apoiavam. No decorrer deste século, inúmeros livros, inclusive de autores e pensadores da época que são reconhecidos e estudados nos dias de hoje, que expressavam ideias contrárias ou expunham ideias que incitavam mudanças, se tornaram ilegais e passaram a ser veiculados por meios ocultos.

Posto isso, esse trabalho analisa o tema das obras que foram proibidas no século XVIII e descreve os motivos pelos quais foram tratadas dessa forma em dois países europeus: França e Portugal. Esses dois países específicos foram selecionados por terem tido grande influência na formação da cultura brasileira. No século XVIII ocorreu o movimento Iluminismo, que teve seu início na França, país este que também deu origem a grandes pensadores e autores do movimento. Os ideias e pensamentos iluministas atingiram e influenciaram vários países ao redor do mundo, inclusive o Brasil. À época do século XVIII, o Brasil ainda era uma colônia de Portugal, sendo assim influenciado por tudo que era estabelecido na metrópole. Todas as

obras proibidas em Portugal eram também proibidas no Brasil, todos os mecanismos existentes na metrópole também existiam na colônia e, então, a colônia era constantemente influenciada.

2 JUSTIFICATIVA

Por diversas vezes e, em diferentes momentos da história no decorrer dos séculos, o conhecimento sofreu com a destruição, a censura e a condenação do livro. O livro sempre foi um notável instrumento de divulgação e propagação de novos ideais e conhecimentos e, sendo assim, muitas vezes sua veiculação foi temida por governantes, religiosos e conservadores. O conteúdo de algumas obras podia ameaçar o equilíbrio das estruturas existentes e incentivar transformações, portanto, antecipando-se na tentativa de controlar qualquer perturbação da ordem vigente, os poderes constituídos proibiram a circulação de diversos livros.

Para a Biblioteconomia, o livro sempre foi um dos mais importantes suportes para a conservação da palavra escrita. Antes do advento da era digital, a palavra escrita e impressa era a maior fonte de leitura para as pessoas e, portanto, no século XVIII livros e manuscritos eram os elementos mais armazenados pelas bibliotecas, para que suas informações fossem acessíveis e disponíveis para os usuários. Com a proibição de obras, a veiculação de informações tornava-se limitada, atingindo dessa maneira as atividades de uma biblioteca. Sendo assim, torna-se importante conhecer os temas das obras proibidas e, entender os motivos de tal proibição a partir de sua origem nos países que foram selecionados para este estudo.

3 OBJETIVOS DA PESQUISA

3.1 Objetivo geral

- Analisar obras proibidas na França e em Portugal.

3.2 Objetivos específicos

- Analisar temática de seis obras francesas proibidas durante o século XVIII – três na França e três em Portugal;
- Identificar as razões pelas quais as obras eram proibidas.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO

O século XVIII para a Europa foi um século de grandes mudanças, e essas tiveram grande impacto sobre a literatura da época. A censura aos livros é uma questão extremamente antiga que atingiu diversos países em diferentes momentos ao longo da história. Em virtude da amplitude do tema, optou-se por analisar a proibição de obras (e, portanto, à livre circulação de ideias) em países específicos, cuja influência cultural se fez sentir no mundo inteiro, e também no Brasil. Nessa perspectiva, França e Portugal foram selecionados como referencial para a pesquisa.

4.1.1 França

No decorrer da História, em diversos momentos a França foi um país conhecido como sinônimo de avanço e experimentalismo. A influência da cultura francesa foi tão ampla que se fez sentir não só em toda a Europa, como ao redor de todo o mundo.

O século XVIII no país teve seu início marcado por movimentos culturais que buscavam questionar ideais e convenções existentes na época, culminando em uma revolução que marcou a história. Em virtude de seu potencial idealista e revolucionário, que visava resgatar a sociedade de uma época obscura iluminando-a com a razão, também ficou conhecido como “Século das Luzes”. O Iluminismo e a Revolução Francesa foram o principal marco cultural e ideológico desse momento da história.

Na França do século XVIII o modelo político adotado era o absolutismo monárquico, onde o Estado era personificado na pessoa do rei. A população era dividida em três estados, sendo eles o clero (1º estado), a nobreza (2º estado) e o povo (3º estado). O clero e a nobreza possuíam privilégios, sendo esses custeados pelo povo. Essa situação gerava intensa desigualdade e descontentamento.

A influência desses acontecimentos na literatura foi imensa, diversos pensadores da época começavam a redigir e publicar suas ideias e conhecimentos, que em sua maioria continham conteúdo inovador e motivador que questionavam as estruturas políticas, religiosas e costumes existentes. Essa literatura em nada agradava o Estado que, sentindo a ameaça e com receio de que tais ideias incentivassem o povo a buscar mudanças, acabou por proibir diversas obras. Já existia no país um sistema de censura que tinha por finalidade controlar a

palavra impressa e, por meio do qual as obras eram analisadas antes de serem legalmente publicadas.

> Para ser publicado legalmente, um livro precisava transpor todos os obstáculos desse sistema e estampar um privilégio real impresso com todas as letras. Como um *copyright* moderno, o privilégio conferia a seu possuidor o direito exclusivo de reproduzir o texto. No entanto, servia também como um selo real de aprovação. Garantia a qualidade e a ortodoxia do texto, asseguradas assim pela aprovação dos censores, que costumava figurar no começo ou no final do livro. Para ser totalmente legal, um livro tinha de conformar-se aos complexos padrões estabelecidos pelo Estado (DARNTON, 1998, p. 11).

Ainda segundo o autor, com todas as exigências impostas pelo Estado, as obras que não eram legais na França eram impressas por editoras em outros países e, posteriormente, contrabandeadas para o país. Antes mesmo do início do século XVIII, a censura de obras na França já não era tarefa dominada pela Igreja Católica, uma vez que o *Index*[1] não possuía força de lei no país e, não havia sido promulgado pelo rei ou registrado nos parlamentos. A proibição dos livros ficava a cargo dos próprios parlamentos, do Conselho do Rei, dos bispos e da Assembleia Geral do Clero (DARNTON, 1992).

4.1.1.1 Iluminismo

O Iluminismo foi um movimento intelectual que ocorreu na Europa do século XVIII, era baseado no racionalismo, pensamento segundo o qual a razão seria o único caminho para se chegar à verdade. A cidade de Paris foi o centro das ideias e dos pensadores iluministas, cuja influência se disseminou posteriormente por toda a Europa.

> **Iluminismo**. S.m. Nome com que se designa o movimento filosófico-intelectual que floresceu no séc. XVIII na Europa e que, embasado numa postura racionalista, realizou o exame crítico das instituições absolutistas e eclesiásticas, combatendo as tradições feudais e religiosas, opondo-se a qualquer doutrina revelada, e acreditando numa ordem racional do mundo que seria perceptível pelo progresso da humanidade; *Ilustração*. (De iluminar.) (*DICIONÁRIO ILUSTRADO DA LÍNGUA PORTUGUESA apud* FALCON, 2002, p. 10).

O período vivido na Europa desde a Idade Média tornou-se historicamente conhecido como de trevas, pois a sociedade era extremamente controlada pelo poder absolutista e pela Igreja Católica. O nome Iluminismo é uma metáfora à capacidade do movimento de então iluminar esses tempos.

[1] Segundo o Guia do Estudante, o *Index Librorum Prohibitorum* foi uma lista de obras proibidas pela Igreja Católica Romana, publicada pela primeira vez em 1559.

Esse movimento surgiu junto com o avanço do capitalismo e com a ascensão da burguesia. Seus pensadores causavam grandes polêmicas com suas ideias por criticarem fortemente a estrutura do Estado e da Igreja. Como exemplo, Voltaire era contra o clero e contra a Igreja, Montesquieu criticou duramente o absolutismo e defendia divisão do poder, Rosseau defendia a democracia.

Os filósofos franceses Denis Diderot e Jean-Baptiste Le Rond d'Alembert foram os responsáveis pela compilação da *Encyclopédie* ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers,* que teve seu primeiro volume publicado em 1751. O volume de conhecimento produzido e os progressos realizados pelas ciências ascendiam e, assim, viu-se a necessidade de compilar esses conhecimentos, para que estes pudessem instruir outros homens, universalizando o saber.

"A Enciclopédia foi pensada e produzida para ser uma síntese dos conhecimentos existentes e, ao mesmo tempo, um veículo de sua divulgação" (FALCON, 2002, p. 81). Como salientado pelo autor, a Enciclopédia foi um instrumento polêmico e grande veiculador das ideias do movimento Iluminista.

Segundo Godechot (1989), os artigos da Enciclopédia foram escritos por todos aqueles pensadores que tinham como propósito modificar a sociedade sob o ponto de vista político, religioso e social, enfrentando em seu início problemas com a censura. A publicação da Enciclopédia foi um marco, não só para o movimento, mas também para a história da literatura. Diversas obras de origem iluminista foram proibidas não só na França, como em vários países da Europa, na tentativa de conter a ascensão dos ideais do movimento.

4.1.1.2 Revolução Francesa

Já no final do século XVIII a França passava por crise econômica e, o regime feudal impedia o desenvolvimento do mercado interno. Além disso, a agricultura sofreu as consequências das intempéries climáticas que provocaram a queda na produção dos alimentos aumentando, consequentemente, também o seu valor. A crise causou miséria e fome ao povo que, ainda assim, tinha de manter os privilégios do clero e da nobreza. A situação era de grande injustiça e desigualdade.

> A nobreza não constituía sequer 1% da população, mas possuía uma grande parte da riqueza nacional, aliás distribuída muito desigualmente. Havia nobres muito ricos, outros quase pobres. Mas todos gozavam de privilégios: não pagavam o mais antigo dos impostos diretos, a talha; proporcionalmente, quanto aos outros impostos, eram

> menos taxados do que os plebeus; detinham o monopólio de certos empregos. Em 1789, todos os bispos eram nobres (GODECHOT, 1989, p. 25).

Uma vez que já estavam influenciados pelos ideais iluministas e insatisfeitos com a situação, o 3º estado passou a buscar igualdade perante a lei, lutando por seus direitos e se rebelando contra o regime. Diversos conflitos começaram a surgir, entre eles, a divergência quanto às opiniões sobre os votos dos estados nas assembleias. Enquanto a nobreza e o clero defendiam o voto por ordem social, o povo defendia o voto individual. Novamente insatisfeito, o povo se retirou dos Estados gerais.

Em 14 de julho de 1789, aconteceu um importante episódio, que foi a queda da Bastilha. A Bastilha era uma prisão estatal onde estavam presos os inimigos do Rei Luís XVI, sendo assim, um símbolo do poder real. Segundo Hobsbawm (1997, p. 79), durante revoluções a queda de símbolos é de extrema importância e "A queda da Bastilha, que fez do 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como princípio da libertação".

Então, fora dos Estados Gerais, o 3º estado realiza a Assembleia Nacional Constituinte, e dela, em 26 de agosto de 1789, resulta a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. A declaração pretende ser universal e, segundo Godechot (1989), foi redigida de forma a poder ser aplicada em qualquer país, independente da época, sendo adequada tanto para monarquia quanto para república. Na *Declaração* foram delimitadas claramente a liberdade individual, a liberdade de opinião e a liberdade de imprensa.

A Assembleia Constituinte colocou o clero sob a autoridade do Estado e, também, confiscou suas terras. Aos sacerdotes fiéis ao rei sobraram duas opções: sair da França, ou lutar contra a revolução. O rei Luis XVI, ainda em busca de conter os acontecimentos, planeja uma fuga para armar a contrarrevolução, juntamente com os nobres que já haviam fugido, mas ele foi preso antes de conseguir realizar seu plano. Posteriormente o rei foi julgado e executado.

A República é declarada na França em 22 de setembro de 1792. Durante essa época as forças políticas em destaque eram os girondinos e os jacobinos. Liderados por Robespierre, se dá início a uma ditadura jacobina. Posteriormente, já sem apoio popular, Robespierre também acabou sendo executado. Após sua morte, é elaborada a Constituição de 1795, controlada pelo Diretório (1795-1799).

Durante esse período aconteceram ameaças de revoltas monarquistas. Nesse mesmo período ocorria a ascensão de Napoleão, e os burgueses, que temiam perder o poder e suas propriedades, o apoiaram. Napoleão então desfechou um golpe, que ficou conhecido como 18

de Brumário do ano IV (9 de novembro de 1799 no calendário gregoriano), dissolvendo o diretório e instituindo um novo governo. Esse foi o desfecho da revolução.

"Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa" (HOBSBAWM, 1997, p. 71). A influência dessa revolução fez-se sentir no mundo inteiro e ocasionou diversas mudanças no cenário político e intelectual existentes no período. As suas bases pregavam a liberdade de opinião e a liberdade de expressão, pouco experimentadas até então. Dessa forma, essa nova fase que veio com a revolução causou grande impacto também na literatura em geral.

4.1.2 Portugal

Portugal no século XVIII ainda era um país de regime absolutista, no qual a Igreja Católica Romana detinha grande poder. Diferentemente de outros países europeus, durante parte do século XVIII, Portugal ainda sofria fortemente com a Inquisição.

A censura durante o período da Inquisição era repartida entre a Mesa do Desembargo do Paço, do Ordinário da Diocese e do Santo Ofício da Inquisição (RODRIGUES, 1980, p. 40). Era dever do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, fundado pelo Papa Gregório IX, perseguir e condenar todos os hereges, ou seja, todos aqueles que eram contra a doutrina da Igreja Católica. Uma das maneiras que a igreja possuía para combater a propagação de novas ideias que fossem contra a sua doutrina era censurar livros, pois esses constituíam elementos extremamente perigosos de divulgação. Segundo Saraiva (1999, p. 183), essa censura intelectual era revestida de três aspectos:

> a) Proibição da posse e leitura dos livros constantes dos índices expurgatórios, ou catálogos de obras nacionais e estrangeiras que a Inquisição considerava heterodoxas. Todos os exemplares existentes deviam ser entregues pelos possuidores e eram apreendidos onde quer que fossem achados; a queima de livros era uma das várias partes em que se dividia a solene cerimônia do auto-de-fé;
> b) Fiscalização do comércio livreiro e da entrada de livros estrangeiros no País; as livrarias eram vistoriadas com frequência e todos os navios inspecionados à entrada dos portos;
> c) Submissão da produção literária interna à prévia censura do Santo Ofício. Só depois de examinadas e aprovadas as obras podiam ser impressas. A censura incluía o direito de correcção dos textos, cortando ou modificando o que parecesse aos censores menos conveniente. A segunda edição d'Os Lusíadas saiu com cortes de grande extensão.

Como forma de controle, as obras que eram proibidas também acompanhavam os títulos que haviam sido proibidos e que constavam no *Index Librorum Phrobitorum*, publicado em Portugal após o Concílio de Trento.

No ano de 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo, popularmente conhecido como Marquês de Pombal, foi nomeado ministro pelo rei José I e é considerado o verdadeiro dirigente do governo durante seu período. O governo de Pombal foi baseado no despotismo esclarecido, em que o Estado e o poder soberano eram exaltados, mas também era movido pelos ideais de progresso do Iluminismo, desde que esses não fossem contrários à monarquia absolutista.

No governo de Pombal, a censura inquisitorial foi substituída pela Real Mesa Censória, sendo que essa troca ocorreu com o objetivo de transferir da Igreja para o Estado a fiscalização das obras que seriam divulgadas ou publicadas no país. Segundo Rodrigues (1980), essa nova censura possuía três pontos fundamentais: inserir a soberania de Direito Divino, impossibilitar que entrassem em Portugal ideias fermentadas na França, as quais fossem contrárias à política da época, e extinguir a influência de seus inimigos. A Real Mesa Censória (*apud* MARTINO; SAPATERRA, 2006, p. 237) resolveu que:

> "Foram proibidas em Portugal e suas colônias as obras das seguintes categorias:
> 1) os livros de autores ateus,
> 2) os de autores protestantes que combatessem o poder espiritual do papa e dos bispos ou atacassem os artigos da Fé Católica,
> 3) os que negassem a obediência ao Papa,
> 4) os livros de feitiçaria, quiromancia, magia e astrologia,
> 5) os que, apoiados num falso fervor religioso, levassem à supertição ou fanatismo,
> 6) os livros obscenos,
> 7) os infamatórios,
> 8) os que contivessem "sugestões de que se siga perturbação do estado político e civil e desprezando os justos e prudentes dictames dos direitos divinos, natural e das gentes, ou permitem ao Soberano tudo contra o bem comum do vassalo, ou vão na outra extremidade fomentar a abominável seita dos sacrilégios monarcomacos...que tudo concedem ao Povo contra as sagradas e invioláveis pessoas do Príncipe.
> 9) os que utilizam os textos das Sagradas Escrituras em sentido diferente do usado pela Igreja,
> 10) os que impugnassem os Direitos, Leis, Costumes, Privilégios etc da Coroa e dos Vassalos,
> 11) dos autores que misturassem artigos de fé com os de mera disciplina,
> 12) As obras 'dos pervertidos filósofos destes últimos tempos...',
> 13) os livros publicados na Holanda e na Suíça atribuídos a advogados do Parlamento da França e que tratavam da separação entre o 'Sacerdócio e o Império',
> 14) todas as obras de autores jesuítas baseadas na 'autoridade extrínseca da razão particular'
> 15) os livros 'compostos para o Ensino das Escolas Menores que forem contrários ao sistema estabelecido pela lei anterior'".

Apesar dos impasses, o governo do Marquês foi considerado positivo para Portugal, pois houve progresso econômico. Também foi feita uma reforma no ensino superior baseada no espírito progressista e, de certa forma, a monarquia moderna foi alcançada (SARAIVA, 1999). Em 1777, com o falecimento do rei, assumiu o trono a rainha Maria I, que destituiu o poder do Marquês e o expulsou da corte. Martino e Sapaterra (2006) afirmam que a censura durante o governo da rainha foi reformada, passando a vigorar por meio da Comissão Geral para o Exame e a Censura de Livros. Em 1794, durante a regência de D. João VI, a censura volta a ser praticada pelas três instâncias: o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, o Ordinário e a Mesa do Desembargo do Paço. À época o governo adotou uma "[...] rígida atitude dos poderes do Estado no controle da censura, como uma tentativa de conter o avanço da propaganda das ideias revolucionárias francesas e a onda invasora do enciclopedismo e do liberalismo em Portugal" (NEVES; FERREIRA, 1989, p. 113).

Com o lampejo da Revolução Francesa em 1789, a posição do país se encontrava fragmentada, enquanto uma parte, formada por intelectuais e progressistas, enxergava esperança nos ideais da revolução, outra parte, formada por aqueles que eram ligados à tradição e queriam resgatar os velhos tempos de monarquia, clero e nobreza, defendiam que esses ideais deveriam ser rigorosamente combatidos. Por fim, a difusão de novas ideias foi vigorosamente reprimida (SARAIVA, 1999).

À época, o Brasil ainda era uma colônia portuguesa. O século XVIII foi de extrema exploração das terras da colônia, uma vez que foram descobertas grandes e abundantes jazidas de ouro no interior do país e, para Saraiva (1999, p. 239), está nessa época a "[...] origem do descontentamento que, a partir do período do ouro, não deixou de crescer no Brasil contra a autoridade portuguesa".

4.1.2.1 Brasil

Descobriu-se na capitania de Minas Gerais uma região aurífera extremamente valiosa, a qual passou a ser intensamente explorada e atraiu uma grande quantidade de pessoas para a região durante a primeira metade do século XVIII.

Enquanto ministro, o Marquês de Pombal promoveu reformas na colônia. Até esse período, de acordo com Saraiva (1999, p. 253), os Jesuítas (padres católicos pertencentes à ordem religiosa Companhia de Jesus) eram os principais responsáveis pela "[...] instrução secundária e grande parte do ensino das primeiras letras". Pombal os expulsou, abrindo espaço para que novas ideias penetrassem na vida política, intelectual e educacional brasileira

(NASCIMENTO; BARRETO, s.d.). Ainda em seu governo, incentivou o desenvolvimento industrial no Brasil e transferiu a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, dado que lá situava-se o porto mais próximo para escoamento do ouro proveniente das explorações.

Devido a abundante exploração, as reservas de ouro nas minas foram se tornando escassas, e isso afetou diretamente a metrópole, que havia se tornado dependente economicamente dessa atividade. Sobre todo o ouro explorado na colônia, Portugal cobrava o imposto chamado de quinto, ou seja, 20% do que era encontrado pertencia à metrópole. Quando o ouro se tornou escasso, por conseguinte o montante arrecadado com imposto também decaiu e, descontente com a situação, a metrópole estabeleceu a derrama, ou seja, cada região produtora de ouro deveria pagar anualmente certo valor. Quando essa exigência não era cumprida, a Coroa mandava confiscar bens e propriedades que lhe fossem interessantes para compensar a dívida.

Totalmente insatisfeitos com essa cobrança abusiva de impostos, alguns colonos, influenciados pelas ideias iluministas, e indivíduos pertencentes às elites intelectuais e econômicas se articularam em oposição à autoridade portuguesa, sendo um de seus objetivos buscar a independência de Minas Gerais. Esse movimento ficou conhecido como a Inconfidência Mineira. O movimento foi denunciado e, para evitar outras revoltas, Portugal determinou que fosse enforcado e esquartejado um dos poucos participantes de origem popular da rebelião, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

A censura que existia no reino se estendia até o Brasil e, portanto, a Inquisição e a Real Mesa Censória também agiram na colônia. Os acontecimentos revolucionários na Europa fizeram com que as autoridades portuguesas se preocupassem com a disseminação das ideias francesas em seus territórios.

Na segunda metade do século, passou a ser dever da Real Mesa Censória "fiscalizar a impressão de livros no Reino e também aqueles vindos de outros lugares, pois nenhum material impresso deveria entrar na Colônia sem antes ser submetido à vistoria dos censores régios" (MARTINO; SAPATERRA, 2006, p. 237). Os censores deviam ser rigorosos com livros que divulgassem heresias, superstições, sátiras pessoais e críticas sediciosas ao Estado. Mas apesar de todos os esforços e obstáculos criados pelo Estado e pela Igreja para proibir a leitura dessas obras, elas circularam no Brasil.

Segundo Moraes (2006), a censura antes da Real Mesa Censória era desorganizada e assim, livros que eram ofensivos à monarquia, à moral e à religião Católica entravam em Portugal e suas colônias. Foi durante a Censura estabelecida por Pombal que o mundo do livro no país foi de fato influenciado e, também nessa época, medidas severas foram tomadas

para fiscalizar a entrada de livros importados no Brasil. Ainda de acordo com o autor, a preocupação com a entrada de livros franceses se tornou ainda mais acentuada após a Revolução Francesa, uma vez que era de lá que vinham os livros promotores de princípios abomináveis e, portanto, "no *Catálogo de livros defesos neste reino,* é notável a preeminência de livros franceses, ou traduzidos para o francês" (MORAES, 2006, p. 62). Alguns desses livros eram traduzidos para o português e circulavam em Portugal e no Brasil através do mercado ilegal. Tanto Portugal, enquanto metrópole do Brasil, como a França, enquanto precursora de ideais e movimentos, influenciaram a formação cultural brasileira e, durante o século XVIII é muito forte e perceptível sua influência na literatura.

4.2 LITERATURA PROIBIDA

Um dos itens da *Declaração de Direitos da Biblioteca*, elaborada em 1939 pela American Library Association (ALA), defende que "As bibliotecas devem prover materiais e informação que apresentem todos os pontos de vista com relação a fatos históricos e correntes. Os materiais não devem ser proibidos ou removidos por razões de desaprovação doutrinal ou partidária" (*Declaração de Direitos da Biblioteca apud* VERGUEIRO, 1987, p. 23).

Na teoria, mesmo fora do contexto de uma biblioteca, os leitores deveriam ter liberdade de acesso aos livros de maneira irrestrita. Na prática, a proibição de obras sempre foi uma constante e, para Vergueiro (1987, p. 22),

> A censura é exercida em termos políticos, religiosos ou morais, constituindo as ofensas, respectivamente, de traição, heresia ou obscenidade. Historicamente, foi a religião o primeiro objetivo da censura, vindo desde os gregos até a censura imposta pela Igreja Católica e a sua relação de livros proibidos, o tristemente famoso *Index Librorum Prohibitorum.*

Durante séculos a humanidade sofreu com guerras e repressões e, sempre que o governo, a igreja ou a sociedade conservadora se sentia ameaçada, várias obras eram retiradas de circulação ou não podiam ser impressas e, "os casos mais extremos de obras serem proibidas eram condenadas à pena de fogo" (DENIPOTTI; FONSECA, 2011, p. 143), por medo de que o conteúdo da obra fosse capaz de fomentar rebeliões ou revoluções.

Ao longo de toda a história do livro e das bibliotecas nos deparamos com inúmeros casos de proibição, ou até mesmo de destruição de obras, sendo que essas muitas vezes eram exemplares únicos e foram perdidas, queimadas ou destruídas de forma irrecuperável. É

impossível mensurar a quantidade de informações que se tornaram inutilizadas e que, portanto, não puderam fazer parte da construção de novos conhecimentos e estudos da humanidade. O homem ao destruir está em busca de restituir o equilíbrio e o poder que lhe era conhecido, dessa forma ele garante a continuidade do que já existia e lhe era seguro, eliminando a ameaça que perturbava a sua ordem (BAEZ, 2006). Em vista disso, o homem aniquilou e censurou obras, a fim de manter seu poder em equilíbrio.

> O livro ilegal – tratado de filosofia, libelo político e crônica escandalosa – corrói a ideologia monárquica e seus pilares – o rei, a Igreja e os bons costumes – pelo uso sistemático, desenfreado e desmesurado das seguintes armas: zombaria, escárnio razão crítica e histórica, pornografia, irreligião e materialismo hedonista. A literatura clandestina propõe opiniões, recusa as normas, suspeita da autoridade e reconstrói as hierarquias (DARNTON, 1992, p. 11).

A obra que fosse condenada como ilegal pela censura da época não tinha por obrigação ser destruída, visto que as próprias autoridades reconheciam que ao entregar a obra ao carrasco para ser destruída estariam elas mesmas cooperando para que o livro se tornasse um sucesso (DARNTON, 1992, p. 15).

Diversas obras transpuseram os limites impostos e circularam entre a população francesa e portuguesa do século XVIII, na medida em que eram impressas e veiculadas pelo mercado clandestino.

4.3 MERCADO LITERÁRIO CLANDESTINO

Mesmo com todos os obstáculos que foram impostos pelo Estado ou pela Igreja, vários livros foram impressos e, ainda mais, conseguiram circular mesmo que na ilegalidade. Existiam maneiras de burlar o sistema e, em torno disso, consolidou-se um forte mercado clandestino para a distribuição de "livros filosóficos", tanto em território francês quanto português.

O termo "livros filosóficos" foi muito utilizado nos catálogos de obras durante o século XVIII para designar as obras que eram proibidas. De acordo com Darnton (1992, p. 14), "Por filosofia os homens do livro do *Ancien Régime* entendem não as Luzes, mas um setor crucial do comércio livreiro do século XVIII, o do ilícito, do interdito e do tabu". Ainda segundo o autor, eram denominadas dessa forma todas as obras que pudessem gerar problemas e que representassem sinônimo de risco. Estas deveriam ser tratadas com cautela, ou seja, o código significava perigo.

4.3.1 Mercado literário clandestino francês

> Embora no século XVIII Paris fosse a capital das Luzes e o grande centro da edição legal, havia uma contradição entre Luzes e legalidade. Graças à censura, à polícia e ao monopólio da comunidade dos livreiros e impressores de Paris, quase todos os livros que inovavam em literatura e filosofia eram editados fora da lei (DARNTON, 1992, p. 37).

Ainda segundo o autor, a inovação literária do século XVIII precisou buscar meios para surgir fora de Paris e das amarras de seu sistema de privilégios, surgindo assim na ilegalidade. Existiam graus de ilegalidade nos quais as obras poderiam se encaixar e, com as próprias autoridades tornando-se mais esclarecidas, o rigor abrandou. Sendo assim, certos livros não privilegiados poderiam circular com permissões tácitas, simples ou de polícia.

> Os preços das obras filosóficas não se comportavam como os demais. Partiam de um patamar mais alto – em geral o dobro de uma edição pirata comparável – e depois caíam e subiam desordenadamente, dependendo das condenações (sempre favoráveis aos negócios), das batidas policiais (um estímulo para os leitores e um estorvo para os livreiros) e das oscilações da oferta (meia dúzia de edições produzidas secreta e simultaneamente por empresas concorrentes podiam inundar o mercado) (DARNTON, 1998, p. 30).

Conforme observado pelo autor, na época os livros proibidos (livros filosóficos) realmente tinham valor mais alto do que as outras obras triviais e legais, seus preços eram mais elevados assim como o custo de sua produção. Todavia, mesmo nas cidades em que havia relativa liberdade, havia o risco de que edições fossem apreendidas e fossem cobradas multas. Por esse motivo os próprios editores e livreiros cuidavam para cobrar um valor mais alto para títulos que fossem proibidos. Além disso, uma vez que as obras fossem proibidas, chamavam ainda mais a atenção de leitores e intelectuais da época que, instigados, demonstravam maior interesse em descobrir o conteúdo daquela obra, buscando adquiri-la para leitura e pagando seu valor no mercado clandestino.

Para que os livros fossem comercializados era preciso que fossem divulgados no mercado os títulos que os editores possuíam e esses, quando elaboravam catálogos de obras ilegais, "[...] nunca faziam constar de seus catálogos informações comprometedoras; já as relações de obras legais, que circulavam abertamente, traziam seus nomes e endereços" (DARNTON, p. 27, 1998). Os catálogos eram postados e enviados no correio normal e, quando se travava de obras proibidas, os livreiros de antemão partiam do pressuposto de que seus fornecedores possuíam estoque de tais obras.

As obras que abasteciam o mercado literário clandestino francês eram provenientes de cidades como Genebra, Lausanne, Basiléia e de regiões que circundam a França, como Amsterdã e Avignon. Várias editoras que existiam na época desapareceram sem deixar vestígios, com a exceção de uma, que era localizada em Neuchâtel, na Suiça: a *Société Typographique de Neuchâtel (STN)*. Os editores da STN tinham seus próprios mecanismos para sondar o mercado e descobrir os livros de melhor saída, suas técnicas eram baseadas em empregar agentes literários em Paris, enviar representantes em viagens pela França e receber cartas de livreiros do reino. Dessa forma, a STN imprimiu e fez circular na França uma quantidade imensurável de obras proibidas a época. (DARTNON, 1992).

4.3.2 Mercado literário clandestino português

Para Rodrigues (1980), além do rigor da censura oficial, surgiu em contrapartida a existência de uma literatura clandestina. Segundo o autor, a atuação da atividade clandestina durante todo o século XVIII foi extremamente viva e, "[...] sem ela, não se poderia esperar o surpreendente surto do Iluminismo em Portugal" (RODRIGUES, 1980, p. 45).

Era tarefa dos censores portugueses decidirem se uma obra poderia ou não circular livre e legalmente no país. Diversas obras de autores da época como Montaigne, Hobbes, Locke, Bayle, Montesquieu, Voltaire, La Mettrie, Diderot, foram impedidas não só de circular, mas de entrar no país (DENIPOTI; FONSECA, 2011). Em vista dessa vasta proibição, enquanto a propagação de novos ideais e movimentos estavam a todo vapor em outros países da Europa, a rígida censura do governo português fez com que o mercado literário clandestino no país ganhasse força. Assim, "Livros proibidos eram frequentemente contrabandeados – por livreiros, diplomatas, marinheiros, etc. – para dentro dos domínios portugueses [...]" (DENIPOTI; FONSECA, 2011, p. 143).

> A despeito da incessante intervenção dos censores, zelosos em seus pareceres para preservar os bons costumes, a religião e a estabilidade do governo, os 'abomináveis princípios franceses' infiltravam-se entre a intelectualidade luso-brasileira. Livros proibidos circulavam entre os principais livreiros da época, estabelecidos em Portugal, que também atendiam aos mercadores de livros no Brasil (NEVES; FERREIRA, 1989, p. 114).

As obras proibidas que circulavam em Portugal eram impressas em outros pontos da Europa, como Genebra, Áustria e até mesmo na França e, posteriormente, foram contrabandeadas para o país. Também em Portugal, as obras que eram proibidas faziam

sucesso, inclusive, segundo Rodrigues (1980, p. 45) “A lista oficial de livros proibidos servia, aliás, para intelectuais e estudantes fazerem encomendas”.

5 METODOLOGIA

Trata-se esta de uma pesquisa de natureza histórica do tipo descritiva, que tem por objetivo analisar os temas que levaram incontáveis obras a serem vetadas ao longo do tempo, tendo como seu objeto específico as obras proibidas para leitura durante o século XVIII, nos territórios franceses e portugueses. O processo metodológico para coleta de dados consistiu em seleção de livros representativos da literatura francesa que foram censurados no século XVIII. Tal seleção foi feita com base na literatura referente à História Geral e à História dos Livros, no âmbito especifico da proibição de livros nos dois países, durante o período que foi delimitado neste estudo. Como fontes de pesquisa foram consultados livros, artigos e *sites* relacionados ao assunto. Para a análise e a descrição, foi selecionada uma amostra de seis livros, sendo três proibidos na França e três em Portugal, a saber, 1) França: *Du Contrat Social; L'an 2440; Thérèse Philosophe*; 2) Portugal: *Dictionnaire Philosophique; Émile; La Religieuse*. As obras foram selecionadas com base em critérios de relevância, pois todas as obras francesas analisadas são de autores reconhecidos e ainda muito estudados atualmente, e em disponibilidade de literatura da área que fornecesse elementos para análise.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a pesquisa, conforme explicitado nos procedimentos metodológicos, segue abaixo a análise das obras e a razão por terem sido proibidas.

6.1 Obras proibidas na França

6.1.1 *Du Contrat Social*

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foi um dos mais importantes e conhecidos filósofos, teóricos políticos e escritores do século XVIII, tendo participado do movimento que ficou conhecido como Iluminismo. Rousseau escreveu diversas obras e, dentre estas, *Du Contrat Social (O Contrato Social)*, originalmente escrita em francês e publicada no ano de 1762, foi uma de suas mais importantes publicações sendo ainda válida e muito estudada atualmente. É também verdade, que muitos estudiosos consideram a obra como "A Bíblia da Revolução Francesa", já que os ideais rousseaunianos contidos nela exerceram grande influência na política da época e inspiraram a revolução.

Em sua obra, Rousseau defende que o homem nasceria bom, mas seria corrompido pela vida em sociedade, do mesmo jeito que nasceria livre, mas se tornaria acorrentado às suas necessidades e às dos outros indivíduos. Sendo assim, o filósofo discorre em sua obra sobre uma sociedade ideal, em que o homem perdendo sua liberdade natural, limitada nas forças do indivíduo, ganha a liberdade civil, que é limitada pela vontade geral. Rousseau acredita que seja necessário encontrar uma forma de associação que proteja e defenda a pessoa e os bens de cada associado, e que essa pessoa unida a todos, obedeça apenas a si mesma e continue livre. Essa associação seria possível através de um contrato social.

O contrato social proposto por Rousseau preservaria a segurança e o bem-estar da vida em sociedade, definindo a igualdade e compromisso entre todos, sendo um mecanismo para oferecer ao indivíduo a liberdade civil. Neste pacto, o povo seria uma parte tanto ativa quanto passiva, participando da elaboração e cumprimento das leis. Assim sendo, a vontade geral prevaleceria em relação à vontade particular, portanto, a soberania seria a aplicação da vontade geral e, neste caso, o soberano seria o povo e não o rei. O Estado como instituição deveria encaminhar as decisões tomadas pelo soberano da forma que lhe foram passadas, pois essas eram provenientes de um corpo coletivo e, caso isso não ocorresse, o Estado estaria

subjugando a vontade geral e se desviando de seu papel, uma vez que suas decisões deveriam ser pautadas pela soberania popular.

Percebe-se que o tema abordado na obra de Rousseau é uma visão política totalmente inovadora e contrária às estruturas de governo vigentes na época em que foi escrita. O fato de o pensador defender a existência de um contrato social em que o povo é o soberano e a vontade que prevalece é a geral, vai contra o poder absolutista vigente à época do século XVIII na França, em que o soberano é o rei. O pensamento de Rousseau valorizava a ideia de democracia. Ao valorizar o ideal democrático e colocar o rei como um funcionário do povo, a obra de Rousseau ameaçava diretamente o poder político e a incontestável superioridade do rei em relação aos demais. O Estado, então, percebeu que o conteúdo escrito na obra de Rousseau era extremamente perigoso, pois ia contra os seus interesses, uma vez que rei prezava sua vontade individual e não possuía interesse em transferir sua soberania para o povo. Sendo assim, a obra foi proibida na França.

Desta forma, pode-se concluir que a obra foi proibida na França por uma razão política, pois ao propor uma nova forma de associação entre o rei e o povo, ela ia diretamente contra os interesses do Estado, que temendo pela ordem vigente e pelo poder absoluto, encontrou na proibição uma forma de tornar a obra ilegal. Tratou-se da tentativa de controlar que pensamentos produzidos e escritos por Rousseau se disseminassem e fossem conhecidos pela população, uma vez que esses poderiam se tornar capazes de alterar a mentalidade e provocar a necessidade de mudança.

6.1.2 *L'an 2440*

L'an 2440 (O Ano 2440) foi uma obra de sucesso na França setecentista, publicada pela primeira vez em 1771, tendo sido escrita por Louis-Sébastien Mercier (1740-1814), um literato da época.

A obra em questão consiste numa narrativa utópica e é o primeiro romance que se passa no futuro, em que o narrador da obra adormece e posteriormente acorda em Paris no ano de 2440, setecentos anos depois. Ao andar pela cidade, o autor descreve uma cidade que floresceu e está livre dos excessos; a cidade não é maior do que no século XVIII, mas sua zona urbana se reduziu para benefício da zona rural, e sua população se encontra harmoniosamente distribuída, os negócios se limitam ao necessário e a agricultura se desenvolveu. A educação é universal e abrange, sobretudo, a moral cívica e a ordem pública é

garantida por uma polícia esclarecida. O risco de desordem já não existe mais, uma vez que os cidadãos possuem boa conduta.

Na obra de Mercier, um homem que é excepcional, e por excepcional entende-se salvar a vida de uma pessoa ou prestar algum serviço extraordinário à pátria, merece receber uma honra que lhe confere nobreza pessoal. Essa honra é receber do rei um chapéu bordado com seu nome, sendo esse o único distintivo existente. A antiga nobreza sobrevive sem a antiga atenção que lhe era dedicada.

Na narrativa, Luis XIV aparece como símbolo dos piores abusos da monarquia, era cercado por bajuladores que viviam no luxo, e o passado era visto como opressor e cruel. Mercier narra em seu livro que a França do futuro é governada por um príncipe, que abre sua casa para pobres e viajantes. Apesar de eliminar as formas mais extremas de miséria e de riqueza em sua obra, o autor não consegue visualizar uma sociedade sem indigentes em sua base e aristocratas em seu ponto mais alto. Segundo o autor, o povo não pagava impostos, mas contribuía de maneira voluntária.

Ao contrário da concepção de futuro que podemos perceber hoje em dia, a obra escrita por Mercier não supunha grandes invenções tecnológicas. O seu futuro ideal era pautado em dimensões exclusivamente morais. O autor projetou em seu futuro uma visão crítica do presente, em que a França em que vivia estaria livre dos defeitos, livre do sistema despótico e corrupto que marcou o século XVIII.

O tema da obra é uma crítica ao sistema de governo e às consequências deste sobre a população. O autor condena o abuso do poder do monarca em benefício pessoal, deixando a população em um intenso grau de desigualdade, em que se encontram casos de extrema miséria opostos a casos de extrema riqueza. É também uma crítica ao sistema de privilégios do qual se beneficiava a nobreza da época, esta que possuía uma atenção exagerada por parte do Estado e gozava de incontáveis benefícios, enquanto outra grande parte da população que necessitava de atenção era negligenciada.

Na França do século XVIII, uma obra que ofendia ao Estado ou que atentasse contra a moralidade deveria ser proibida. Sendo assim, a obra escrita por Mercier se encaixava nessas duas exigências, tendo então sido classificada como ilegal e proibida de circular livremente.

6.1.3 *Thérèse Philosophe*

Thérèse Philosophe (Theresa Filósofa) foi uma obra que teve sua primeira edição publicada em 1748, seu autor é desconhecido, mas sua autoria é atribuída a Jean-Baptiste de

Boyer, o Marquês D'Argen. Esta obra foi publicada em uma época que obras iluministas começavam a ser conhecidas, participando da transformação da intelectualidade francesa.

A obra é uma narrativa em primeira pessoa, escrita em forma de cartas que a própria Thérèse envia ao seu amante, o conde. O livro é uma narrativa erótica fictícia que conta a trajetória percorrida por Thérèse em sua iniciação sexual. O autor expõe a mulher que não se subordina aos prazeres masculinos. Ao contrário da posição da época em que a mulher havia de ser uma esposa respeitável e mãe de família, ela procura realizar seus próprios prazeres e desejos. A narrativa é uma mescla de temáticas sexuais e espirituais, são descritas cenas libidinosas e, entre uma orgia e outra, alternam-se discussões filosóficas acerca da Igreja, da bondade de Deus, do prazer, do pecado, e da masturbação, entre outros assuntos.

O início da obra relata o início da vida de Thérèse e sua experiência no convento onde residiu até certa idade. No convento, após sua primeira confissão, seu confessor lhe diz o quanto a masturbação é considerada pecado, despertando assim a culpa cristã em Thérèse em relação ao prazer sexual. A obra também apresenta o relato do caso do Padre Dirrag-Eradice, em que o padre se utiliza de pretextos religiosos para manter relações sexuais com uma devota, sendo que o autor do livro tem o cuidado de não utilizar termos vulgares para se referir ao ato sexual ou às cenas detalhadamente descritas, fazendo com que o leitor assuma um papel de *voyeur*. As principais discussões filosóficas do livro são travadas com bases nos ensinamentos que Thérèse recebe do Abade C. e de Mme. M., e é onde ela descobre que a masturbação não é um pecado. O enredo prossegue até Thérèse conhecer o seu conde e, então, ser por ele deflorada.

Na obra, a masturbação é elogiada, pois além de ser uma forma de abrandar o desejo, também é um contraceptivo natural e, à época, existia uma grande preocupação com a gravidez. É afirmado no livro que as mulheres só têm três coisas a temer: o diabo, a reputação e a gravidez. Além do risco da reputação, a gravidez poderia trazer problemas de saúde para a mulher, pois muitas faleciam em decorrência de tal situação, perdiam seus filhos ou então adoeciam. Outra forma de contracepção também citada no livro é o coito interrompido.

Ao final do livro, apesar de relatar questões sexuais que eram um tabu para os costumes convencionais da época, o autor deixa claro que não a teve intenção de fazer crítica a nenhuma outra divisão da sociedade, a não ser a Igreja. A crítica feita à Igreja é bastante clara, uma vez que relatando o caso do padre, o autor denuncia os abusos, inclusive sexuais, que são cometidos pelo clero em nome da fé. E, ainda, questiona os dogmas da religião, principalmente aqueles que estão relacionados ao prazer e à capacidade humana, desmitificando, por exemplo, a masturbação, tal como denunciada pela Igreja. Fica claro na

obra sua influência iluminista, buscando pôr fim a preconceitos e abrir espaço para novas ideias e conhecimentos.

A obra foi proibida no século XVIII por seu tema erótico e inovador, que poderia ser capaz de fazer com que as pessoas questionassem e duvidassem da doutrina religiosa, por apresentar crítica direta à ordem da Igreja e, mesmo que negado pelo autor, críticas indiretas à sociedade conservadora e moralista, passando a fazer parte do conjunto de obras ilegais do século.

6.2 Obras proibidas em Portugal

6.2.1 *Dictionnaire Philosophique*

François Marie Arouet era o nome de batismo de Voltaire (1694-1778), famoso filósofo e escritor francês e ilustre participante do movimento iluminista no século XVIII, sendo um dos maiores pensadores de sua época. O filósofo defendeu durante sua vida o progresso tecnológico e científico, tendo como literato publicado diversas obras, dentre elas, o famoso *Dictionnaire Philosophique (Dicionário Filosófico).*

A obra o *Dictionnaire Philosophique* foi publicado em 1764 e não era um dicionário tradicional, pois seus verbetes não apareciam de forma linear. Voltaire dava sua própria definição aos verbetes selecionados por ele para serem conceituados em seu livro e foi por meio de sua escrita que o autor fez inúmeras críticas tanto ao Estado quanto à Igreja. Nesse trabalho o filósofo, com humor, criticou reis, nobres, religiões e outros assuntos.

Durante a concepção de alguns verbetes de sua obra, Voltaire faz questionamentos sutis, como quando questiona a certeza do homem. Em outros verbetes é mais enfático, como quando expõe a sua reprovação ao termo *milagre*. O autor não era ateu, mas durante toda a extensão de sua obra fez duras críticas à Instituição da Igreja e seus dogmas, quando se tratava do conceito de verbetes que se encontravam ligados a ela.

Não foi surpresa, pelo teor apresentado em sua obra, que esta não tenha sido bem recebida pelo governo, pela Igreja e pela sociedade nobre da época. Em várias descrições Voltaire não só fazia críticas a estas estruturas, como também as questionava.

Sendo assim, era inconcebível, por todos os poderes constituídos da época, que essa obra circulasse e fosse lida sem que houvesse nenhum tipo de censura. Como visto anteriormente, o interesse e a vontade dos poderes existentes à época era manter a ordem social, política e religiosa da maneira que se encontravam, assegurando seus privilégios e

obrigações já existentes. A obra escrita por Voltaire trazia grandes influências transformadoras de ideais e busca por revoluções, portanto, para controlar que essas ideias se divulgassem, através da leitura, para sua população, o governo de Portugal foi extremamente vigoroso no combate à disseminação desse livro, que além de ser proibido no país e em suas colônias, foi condenado à maior pena que uma obra poderia sofrer, a de ser queimada em praça pública.

6.2.2 *Émile*

Émile (Emílio) é mais uma obra de sucesso escrita pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau. Foi publicada pela primeira vez em 1762 e tornou-se um marco.

Como outras grandes obras, esta foi lançada em um período de grandes transformações históricas na vida política e cultural da população. A obra é um romance pedagógico que conta a história da educação do garoto Emílio. Ainda fiel ao seu princípio de que o homem nasce essencialmente bom e é corrompido pela sociedade, Rousseau defende que é necessário partir dos instintos naturais das crianças, para então, desenvolvê-los.

Em sua obra, o autor dá preferência às funções formativas de uma educação ética, que é base para a formação intelectual. Sendo assim, defendia o máximo adiamento de qualquer forma de instrução. As crianças da época em que a obra foi escrita não conheciam de fato a infância, elas eram tratadas como pequenos adultos. Levando em consideração essa perspectiva, Rousseau acredita que a separação entre o adulto e a criança é feita pela educação e, ainda, a melhor maneira de valorizar a própria criança é também a educação. Em seu livro, o autor demonstra que a educação de meninos e meninas deve ser diferente. Enquanto Emílio deve ser instruído com educação científica, para ser aceito em sociedade sem sentir-se oprimido, Sofia, a futura esposa de Emílio, deve ser criada fora dos conceitos científicos, pois esta deve ser submissa e educada para o casamento e a maternidade.

Durante toda a obra *Émile*, o autor faz críticas à educação tradicional oferecida na época, acusando esta de ser muito racionalizada, técnica e extremamente impositiva. Para Rousseau a criança deveria ser levada a sério e reconhecida como tal, sendo a infância um estágio relevante para o processo do desenvolvimento do ser humano. Sendo assim, ele dá início à teoria de uma pedagogia em que a criança é o ponto central.

Apesar de ser uma obra filosófica, o seu conteúdo inovador no campo da educação impactou teorias da pedagogia utilizadas e estudadas até os dias atuais.

O fato de Rousseau priorizar o ensino e desenvolvimento da criança abre muitas possibilidades, uma vez que recebendo uma educação inicial baseada em seus instintos e, posteriormente, sendo criado para ser um homem forte em sociedade, instruído e conhecedor de conceitos científicos, o homem então estará mais bem preparado e capacitado para compreender a estruturas existentes em seu país. Ao ter acesso ao conhecimento e compreender o que acontece na vida em sociedade, no governo e na religião, o homem constrói seu pensamento e forma sua própria visão crítica, sendo então capaz de, por esta, analisar tudo aquilo que o rodeia. É a partir dessa análise que o homem, não satisfeito com as estruturas, pode então questioná-las e buscar por mudanças, acreditando em novos ideais.

A temática desta obra se torna então extremamente perigosa para a sociedade da época, que possuía arraigada em suas bases conceitos de moral e educação diferentes dos que são propostos pelos fundamentos de Rousseau. Percebendo essa obra como uma movimentação contrária às estruturas da época, a obra foi proibida pelo governo de circular legalmente em Portugal e suas colônias.

6.2.3 *La Religieuse*

Denis Diderot (1713-1784) foi um filósofo e escritor de grande destaque no Século das Luzes, tendo participado do movimento Iluminismo; muitas de suas obras foram consideradas polêmicas na época. Diderot foi um dos compiladores e organizadores da Enciclopédia, participando assim de um dos maiores feitos da literatura até então. A obra *La Religieuse (A Religiosa)* é baseada em uma história real e, foi escrita pelo filósofo em 1760.

A obra é uma sátira em que a história é narrada do ponto do visto da religiosa Suzanne, uma moça que foi enviada para o convento contra a sua vontade. O autor relata então a opressão sofrida pela personagem por parte de seus pais e como era a vida dentro de um convento na época. Neste livro Diderot descreve o quanto é sofrida a vida religiosa quando é imposta e não assumida por vocação. Também relata a falta de moral dentro dos conventos em relação à sexualidade. Em várias partes da obra, o autor relata casos em que Suzanne era incentivada a manter com suas superioras relações que não se enquadravam nos padrões de uma vida religiosa.

Após a recusa de Suzanne em manter relações sexuais, esta passa a ser desprezada, tratada de forma fria e, posteriormente, consegue fugir do convento, a partir de então ela passa a sofrer represálias por parte da sociedade, que considera sua reputação moral como má, uma vez que é vista como uma religiosa ruim, sem bons costumes e que fugiu do convento.

Ao relatar em sua obra os abusos por parte da madre superiora, Diderot procurou demonstrar que a moral repressora que existia podia ser a razão desses abusos, uma vez que os desejos e instintos naturais ao serem reprimidos e a sexualidade brutalmente coagida, os abusos se transformavam numa forma totalmente desequilibrada de manifestação da natureza humana.

O tema abordado pela obra não se refere às doutrinas da religião, mas sim às instituições religiosas, descrevendo a vida das religiosas que cumpriam suas tarefas sem vocação e contrariadas a serviço da Igreja e não a serviço de Deus. Diderot criticou o aprisionamento dessas religiosas e os valores morais que impedem que o curso das necessidades naturais do ser humano seja atendido.

Apesar de não criticar os dogmas da Igreja Católica, Diderot questionou abertamente sua estrutura como instituição social. Não havia relatos de que existisse interesse por parte da Igreja em rever e reorganizar suas estruturas e modificar o teor dos votos que eram feitos por aqueles que iriam seguir a vida religiosa. Portanto, para conter as ideias da obra, a circulação de *La Religiouse* foi proibida em Portugal e, também, em suas colônias.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo é possível evidenciar a importância que a literatura teve tanto na difusão de novas ideias quanto sua participação enquanto instrumento de formação de conhecimentos. Percebe-se que seria complicado dissociar a literatura do século XVIII do movimento Iluminista e da Revolução Francesa, uma vez que seu papel nos dois momentos foi essencial. Esses movimentos provocaram transformações que atingiram primeiramente a própria França, e posteriormente vários países, tanto em seu continente como ao redor do mundo, atingindo Portugal e, consequentemente, o Brasil.

O período do século XVIII foi marcado pela crise enfrentada pelos poderes dominantes, uma vez que a desigualdade entre a população, acentuada por seu descontentamento com os poderes e estruturas vigentes, deu origem a questionamento e busca por mudanças. Juntamente com todas essas mudanças se sobressaíram obras escritas que criticavam e condenavam tais estruturas de poder, propondo novos conhecimentos, pensamentos e conceitos aos leitores. Dessa forma, surgiram na época, vários escritores que se destacaram e, temendo que suas obras causassem desordem, tais obras terminavam sendo proibidas por aqueles que possuíam os mecanismos de controle.

Uma vez que a responsabilidade pela proibição de obras cabia ao Estado ou, então, à Igreja percebe-se que um dos maiores motivos para que esses livros fossem proibidos era que essas instituições não simpatizavam com a inteligência posta ao alcance da população, e não tinham o mínimo interesse em que houvesse um retrocesso de seu poder e soberania, ou seja, tudo o que surgia como proposta de mudança e crítica não era bem-vindo.

Quanto à questão temática pode-se observar que todas as obras que continham seus temas relacionados ao erótico, ou a uma postura anticlerical e, que demonstravam insatisfação com o sistema do Estado, eram condenadas. A razão para a proibição de obras eróticas era que estas feriam a moral e os costumes da sociedade da época, que encarava como obscenos os conteúdos tratados por esses livros. Outras tantas obras também traziam críticas e alegavam insatisfação com o sistema de privilégios recebidos pela nobreza, sendo que esta, em sua maioria, por ser ligada ao Estado e à Igreja, era protegida.

A realização desta pesquisa permitiu a percepção de que as obras condenadas não eram de conteúdo desprezível, pelo contrário, elas vinham carregadas de temas relevantes, novos conhecimentos e esperanças de que as instituições poderiam se transformar e, assim, trazer esperanças de um futuro mais promissor para a sociedade. Todas as obras analisadas neste trabalho são obras de autores extremamente reconhecidos, elas vieram para ficar e

conquistaram seu lugar na História. O conteúdo dessas obras continua sendo estudado até os dias de hoje. Portanto, as obras proibidas que circularam no período considerado, se transformaram em agentes modificadores e enriquecedores para o conhecimento e para a cultura. Nesse sentido, representam uma parte essencial da História dos Livros, como área de interesse direto da Biblioteconomia e também, da História Mundial, como fonte de conhecimento para todos aqueles que se interessam pela história da Civilização, em seus múltiplos aspectos e desdobramentos.

REFERÊNCIAS

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros:** das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 438 p.

DARNTON, Robert. **Edição e sedição:** o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 259 p.

DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos na França pré-revolucionária.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 455 p.

DENIPOTI, Cláudio. Comércio e circulação de livros entre França e Portugal na virada do século XVIII para o XIX ou Quando os ingleses atiraram livros ao mar. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 28, n. 56, p.431-448, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v28n56/08.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

DENIPOTI, Cláudio; FONSECA, Thais Nivea de Lima e. Censura e mercê: os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. **Revista Brasileira de História e Ciência,** Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.139-154, jul./dez. 2011. Disponível em: <www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=343>. Acesso em: 19 out. 2015.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo.** 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002. 95 p.

GODECHOT, Jacques Léon. **A Revolução Francesa:** cronologia comentada, 1787-1799. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. 415 p.

GUIA DO ESTUDANTE. **Aventuras na história**. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/saiba-mais-index-librorum-prohibitorum-lista-livros-proibidos-historia-691501.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2015.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções:** Europa 1789-1848. 10. ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1997. 366 p.

MARTINO, Agnaldo; SAPATERRA, Ana Paula. A censura no brasil: do século XVI ao século XIX. **Estudos Lingüísticos,** São Carlos, v. 35 , p.234-243, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigos_censura_brasil.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 259 p.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-bôas Carvalho; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Livros proibidos no Brasil Colonial.** Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss03_02.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das; FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da C. O medo dos "abomináveis princípios franceses": a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 113-119, jan./jun.1989. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/media/omedo.pdf>. Acesso em: 26 out. 2015.

RODRIGUES, Graça Almeida. **Breve historia da censura literária em Portugal.** Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980. 114 p.

SARAIVA, José H. **História concisa de Portugal.** 20. ed. Lisboa: Europa-América, 1999. 375 p.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 1, n. 16, p.21-28, 1987. Disponível em: < http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1569/1504>. Acesso em: 15 out. 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CONCEIÇÃO, Moisés do Carmo. **O contrato social de Jean-Jacques Rousseau.** Disponível em: <http://www.educacaoefilosofia.uema.br/imagens/4. O Contrato Social de J. J. Rousseau.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

COSTA, Marcelo. Teresa filósofa: "filosofia" e erotismo na França. **Revista Dito Efeito,** Curitiba, v. 3, n. 3, p.1-9, 2012. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/de/article/view/2137/2046>. Acesso em: 31 out. 2015.

E-BIOGRAFIAS. **Biografia de Jean-Jacques Rousseau.** Disponível em: <http://www.e-biografias.net/jean_jacques_rousseau/>. Acesso em: 01 nov. 2015.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Louis-Sébastien Mercier.** Disponível em: <http://global.britannica.com/biography/Louis-Sebastien-Mercier>. Acesso em: 02 nov. 2015.

GAIO, Evelise. **Resenha da obra: "Emílio, ou da educação" de Jean Jacques Rousseau!** Disponível em: <http://parquedaciencia.blogspot.com.br/2013/08/resenha-da-obra-emilio-ou-da-educacao.html>. Acesso em: 03 nov. 2015.

GOMES, Cristiana. **Revolução Francesa.** Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/revolucao-francesa/>. Acesso em: 19 out. 2015.

HISTORIA-BRASIL. **Século XVIII.** Disponível em: <http://www.historia-brasil.com/seculo-18.htm>. Acesso em: 27 out. 2015.

LIVROS GRÁTIS. **Dicionário Filosófico.** Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cv000022.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2015.

MAELSTROMLIFE. **Diderot e a crítica à moralidade sexual no século XVIII.** Disponível em: <https://maelstromlife.wordpress.com/2010/09/26/diderot-e-a-critica-a-moral-sexual/>. Acesso em: 04 nov. 2015.

PAIVA, Wilson Alves de. A formação do cidadão na obra de Jean-Jacques Rousseau. **Fragmentos de Cultura,** Goiânia, v. 17, n. 1/2, p.77-92, 2007. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/view/262/206>. Acesso em: 03 nov. 2015.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Rousseau e o Contrato Social.** Disponível em: <http://www.brasilescola.com/sociologia/rousseau-contrato-social.htm>. Acesso em: 01 nov. 2015.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Iluminismo.** Disponível em: <http://www.brasilescola.com/historiag/iluminismo.htm>. Acesso em: 18 out. 2015.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Inconfidência Mineira.** Disponível em: <http://www.brasilescola.com/historiab/inconfidencia-mineira.htm>. Acesso em: 26 out. 2015.

UOL EDUCAÇÃO. **Biografias.** Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/denis-diderot.htm>. Acesso em: 04 nov. 2015.

UOL EDUCAÇÃO. **Biografias.** Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/voltaire.htm>. Acesso em: 04 nov. 2015.

Anexo 3

CATÁLOGO DE "LIVROS FILOSÓFICOS" DA STN

Este catálogo clandestino, composto pela STN e difundido em forma manuscrita entre seus clientes confidenciais, representa a literatura filosófica disponível em 1775. Os títulos são citados sem correção, tal como aparecem no manuscrito (dossiê "Société Typographique de Neuchâtel" nos arquivos da STN). Segue-se, entre colchetes, sua grafia e intitulação tal como se pode conhecê-las com base nas informações tiradas de diversas bibliografias. Os nomes dos autores e as datas das primeiras edições estão conformes às indicações dessas bibliografias; no entanto, como tal informação é freqüente objeto de desacordo entre os especialistas, também ela figura entre colchetes.

A lista comporta 110 títulos, dos quais os 81 primeiros aparecem por ordem alfabética. Esses 81 títulos decerto representam os livros da STN no momento em que o empregado da editora organizou a lista original; os 29 outros títulos devem ter sido acrescentados à medida que apareciam ou entravam no estoque da STN. As fontes bibliográficas das quais retiramos as informações completamentares são as seguintes:

Barbier, Antoine-Alexandre. *Dictionnaire des ouvrages anonymes, troisième édition, revue et augmentée par mm. Olivier Barbier, René e Paul Billard*. 4 vols. Paris, 1872-9.

Bengesco, Georges. *Voltaire, Bibliographie des ses oeuvres*. 4 vols. Paris: Émile Perrin, 1882-5.

Bibliothèque Nationale, Paris. Catalogue d'ouvrages anonymes (não publicado).

Brenner, Clarence D. *A bibliographical list of plays in the French language 1700-1789*. Berkeley, Calif.: 1947.

Catalogue de l'histoire de France. Vol. II. Paris: Didot, 1855.

Caillet, Albert-Louis. *Manuel bibliographique des sciences psychiques ou occultes*. 4 vols. Paris: Lucien Dorbon, 1913.

Cioranescu, Alexandre. *Bibliographie de la littérature française du dix-huitième siècle*. 3 vols. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1969.

Cioranescu, Alexandre. *Bibliographie de la littérature française du dix-huitième siècle*. 3. vols. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1965.

Dawson, Robert L. *Additions to the bibliographies of French prose ficiton 1618-1806*. Oxford: The Voltaire Foundation (*Studies on Voltaire and the eighteenth century*, vol. 236), 1985.

Fesch, Paul. *Bibliographie de la Franc-Maçonnerie e des sociétés secrètes*. George Deny, ed. 1910; reimpressão em Bruxelas: George A. Deny, 1976.

[Gay, Jules.] *Bibliographies des ouvrages relatifs à l'amour, aux femmes, au mariage et des livres facétieux pantagruéliques, scatologiques, satyriques, etc., par m. le C. d'I***.* 4ème ed. 4 vols. J. Lemonnyer. ed. Paris: Lemmonyer, 1894-1900.

Index of prohibited books, revised and edited by order of His Holiness Pope Pius XI. Roma: Vatican Polyglot Press, 1930.

Martin, Angus, Vivienne G. Mylne e Richard Frautschi. *Bibliographie du genre romanesque français, 1751-1800*. Londres: Mansell, 1977.

The National Union Catalogue. Pre-1956 imprints. 754 vols. Londres: Mansell, 1968-81.

Peignot, Étienne Gabriel. *Dictionnaire critique, littéraire et bibliographique des principaux livres condamnés au feu, supprimés ou censurés*. 2 vols. Paris: Renouard, 1806.

Pia, Pascal. *Les livres de l'Enfer du XVIe siècle à nos jours*. 2 vols. Paris: C. Coulet e A. Faure, 1978.

Quérard, Joseph-Marie. *La France littéraire*. 2 vols. Paris: Didot, 1827.

Sénelier, Jean. *Bibliographie générale des oeuvres de Jean-Jacques Rousseau*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1949.

Vercruysse, Jeroom. *Bibliographie descriptive des écrits du baron d'Holbach*. Paris: Lettres Modernes, 1971.

Weller, Emil. *Die falschen und fingierten Druckorte*. 2 vols. Leipzig: Wilhelm Engelmann, 1864.

LIVROS FILOSÓFICOS

Analyse de Bayle 12º. 18 vols.

[*Analyse raisonnée de Bayle, ou abrégé méthodique de ses ouvrages, particulièrement de son Dictionnaire historique et critique dont les remarques ont été fondues dans le texte pour former un corps agréable et instructif de lectures suivies*. 8 vols. [François Marie de Marsy (vols. 1-4) e Jean Baptiste René Robinet (vols. 5-8).] Londres, 1755-70.]

Le colporteur, histoire morale par monsr. de Chevrier.

[*Colporteur* (*le*), *histoire morale et critique, par m. de Chevrier*. François Antoine Chevrier. Londres, "L'an de la vérité" (c. 1761, segundo Cioranescu).]

L'an 2440. Rêve s'il en fut jamais.

[*An* (*l'*) *deux mille quatre cent quarante, rêve s'il en fut jamais*. [Louis-Sébastien Mercier.] Amsterdã, 1771 (na verdade, 1770, segundo Martin-Mylne-Frautschi).]

Angola, histoire indienne.

[*Angola, histoire indienne, ouvrage sans vraisemblance*. 2 vols. [Charles Jacques Louis Auguste Rochette de la Morlière?] Agra, 1746.]

L'Aretin moderne 12º. 2 vols.

[*Arrétin* (*l'*). 2 vols. [Henri Joseph du Laurens.] Roma, 1763. Outras edições foram mais tarde publicadas com os títulos *L'Arrétin, ou la débauche de l'esprit en fait de bon sens* e *L'Arrétin moderne*.]

La belle Allemande, ou les galanteries de Thérèse, 1774.

[*La belle Allemande, ou les galanteries de Thérèse*. [Claude Villaret? Ou Antoine Bret?] Amsterdã, 1745. Mais tarde, publicado com o título *Les galanteries de Thérèse*.]

Le bons sens, ou idées naturelles, opposées aux idées surnaturelles.

[*Bon sens* (*le*), *ou idées naurelles opposées aux idées surnaturelles*. [Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach.] Londres, 1772.]

Brunus Redivius, ou traité des erreurs populaires, 3 partes 12º.

[*Brunus redivivus, ou traité des erreurs populaires, ouvrage critique, historique, et philosophique imité de Pompance*. S. l. n. d.]

La chandelle d'Aras, poëme heroïcomique 12º. 1774.

[*Chandelle* (*la*) *d'Arras, poème héroï-comique en XVIII chants*. [Henri Joseph du Laurens.] Berna, 1765. Publicado também com o título *Étrennes aux gens d'église ou la Chandelle...*]

Le christianisme dévoilé 12º. 1774.

[*Christianisme* (*le*) *dévoilé, ou examen des principes et des effets de la religion chrétienne, par feu m. Boulanger*. [Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach.] Londres, 1756.]

Commentaire sur le livre Des délits & des peines.

[*Commentaire sur le livre "Des délits et des peines", par un avocat de province*. [François Marie Arouet de Voltaire.] S. l., 1766.]

Les confidences réciproques 12º 1774.

[*Confidences* (*les*) *réciproques, ou anecdotes de la société de la comtesse de B...* 3 vols. [Anne Claude Philippe de Tubières de Grimoard de Pestels de Lévy, conde de Caylus?] Londres, 1774.]

Contrat social par Jean Jaqs. Rousseau 12º

[*Contrat* (*du*) *social, ou principes du droit politique*. Jean-Jacques Rousseau. Amsterdã, 1762.]

Correspondance secrette & les oeufs rouges 12º.

[*Correspondance secrète et familière de m. de Maupeou avec m. de Sor***, conseiller du nouveau parlement*. 3 vols. [Matthieu-François Pidansat de Mairobert.] S. l., 1771. Mais tarde, publicado com o título *Maupeouana, ou correspondance...*] [*Oeufs rouges. Première partie. Sorhouet mourant à m. de Maupeou, chancelier de France*. [J.-M Augéard? Ou Matthieu-François Pidansat de Mairobert?] S. l., 1772.]

Le cousin de Mahomet 12º. 2 vols. figs.

[*Cousin (le) de Mahomet, et la folie salutaire, histoire plus que galante*. 2 vols. [Nicolas Fromaget.] Leiden, 1742.]

David, ou histoire de l'homme selon le coeur de Dieu.

[*David, ou l'histoire de l'homme selon de coeur de Dieu. Ouvrage traduit de l'anglois*. [Tradução atribuída a Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach.] (traduzido de *The history of the man after God's own heart* (1756) de Peter Annet?) Londres, 1768.]

Dieu & les hommes, oeuvre théologique, mais raisonnable 8º.

[*Dieu et les hommes. Oeuvre théologique, mais raisonnable, par le dr. Obern. Traduit par Jacques Aimon*. [François Marie Arouet de Voltaire.] Berlim, 1769.]

Le diner au comte de Boulainvilliers 12º.

[*Dîner* (*le*) *comte de Boulainvilliers, par m. St.-Hiacinte* (*sic*). [François Marie Arouet de Voltaire.] S. l., 1728 (na verdade, 1767, segundo Bengesco e Cioranescu).]

Discours de l'empereur contre les chrétiens 12º.

[*Discours de l'empereur Julien contre les chrétiens, traduit par m. le marquis d'Argen. Avec de nouvelles notes de divers auteurs*. [Edição apresentada por François Marie Arouet de Voltaire.] Berlim, 1708 (na verdade, 1769, segundo Cioranescu).]

_____ *sur l'etat actuel de la polit & de la science milit. en Europe 12º.*

[*Discours sur l'état actuel de la politique et de la science militaire en Europe avec le plan d'un ouvrage intitulé "La France politique e militaire"*. [Jacques Antoine Hippolyte de Guibert.] Genebra, 1773.]

Doutes sur la religion par Boulainvilliers 12º.

[*Doutes sur la religion, suivis de l'Analyse du traité théologique-politique de Spinoza*. [*Doutes* por Henri, conde de Boulainvilliers?; *Analyse* por Gayot de Pitaval.] Londres, 1767.]

Les egarements de Julie 12º.

[*Egarements* (*les*) *de Julie*. [Jacques Antoines René Perrin? Ou Claude Joseph Dorat] Londres e Paris, 1755.]

L'espion chinois, 12º. 6 vols.

[*Espion* (*l'*) *chinois, ou l'envoyé secret de la cour de Pékin pour examiner l'état présent de l'Europe, traduit du chinois*. 6 vols. [Ange Goudar.] Colônia, 1764.]

De l'esprit par Helvétius, 12º. 2 vols.

[*Esprit* (*de l'*). [Claude Adrien Helvétius.] Paris, 1758.]

Esprit du judaïsme 12º. 1770.

[*Esprit* (*l'*) *du judaïsme, ou examen raisonné de la loi de Moyse et de son influence sur la religion chrétienne.* [Tradução de Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach.] Londres, 1770 (traduzido de *A discourse of the grounds and reasons of the Christian religion* (1724) de Anthony Collins).]

Essai sur le mérite & sur la vertu par Schafftsbury 8º.

[*Principes de la philosophie morale, ou essai de m. S*** sur le mérite et la vertu, avec des réflexions.* [Tradução de Denis Diderot (traduzido de *An inquiry concerning virtue, or merit* (1711) de Antony Ashley Cooper, 3º conde de Shaftesbury). Amsterdã, 1745.]

Evangile de la raison

[*Évangile* (*l'*) *de la raison. Ouvrage posthume de M. D. M... Y.* [Edição apresentada por François Marie Arouet de Voltaire.] S. l. n. d. (1764, segundo Cioranescu e Bengesco).]

Examen critique de St. Paul par Boulanger 12º.

[*Examen critique de la vie et des ouvrages de saint Paul. Avec une dissertation sur saint Pierre, par feu m. Boulanger.* [Tradução de Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach] (traduzido de *The history and character of St. Paul examined* (1742?) de Peter Annet). Londres, 1770.]

_____ *impartial des principales religions du monde* 8º.

[*Examen impartial des principales religions du monde.* Paris, s. d. (Condenado pelo parlamento de Paris em 1770, segundo Peignot.)]

_____ *Important de milord Bolingbrocke* 8º.

[*Examen important de milord Bolingbroke, écrit sur la fin de 1736.* [François Marie Arouet de Voltaire.] S. l., 1767.]

Fausseté des miracles.

[*Fausseté* (*la*) *des miracles des deux testaments, prouvée par le parallèle avec des semblables prodiges opérés dans diverses sectes, ouvrages traduit du manuscrit latin intitulé "Theophrastus redivivus".* Londres, 1775.]

La fille de joye 8º, figs.

[*Fille* (*la*) *de joie, ouvrage quintessencié de l'anglois de John Cleland.* "Lampsaque", 1751. [Tradução de Lambert? Ou de Charles Louis Fougeret de Montbron?] (traduzido de *A woman of pleasure* de John Cleland)]

Fragments des instructions au prince de Prusse.

[*Fragments des instructions pour le prince royal de ***.* [François Marie Arouet de Voltaire.] Berlim, 1766.]

Guerre civil de Genêve. Poëme héroïque.

[*Guerre* (*la*) *civil de Genève, ou les amours de Robert Covelle. Poème héroïque avec des notes instructives.* [François Marie Arouet de Voltaire.] Genebra, 1768.]

Histoire de mlle. Cronel, ditte Frekillon, 4 partes.

[*Histoire de la vie et mouers de Mademoiselle Cronel, dite Frétillon, écrite par elle-même, actrice de la comédie de Rouen.* [Pierre Alexandre Gaillard, dito De la Bataille? Ou Anne Claude Philippe de Tubières de Grimoard de Pestels de Lévy, conde de Caylus?] Haia, 1739.]

_____ *de la vie de l'Aretin*, figs.

[*Putain* (*la*) *errante, ou dialogue de Madelaine et de Julie, par P. Arrétin, fidèlement traduit en français par. N.* "Lampsaque", 1760. (Traduzido de *La puttana errante* (1540) de Pietro Bacci, dito Aretino, ou Niccolo Franco?) Mais tarde, publicado com o título *Le cabinet d'amour et de Vénus et Histoire et vie de l'Arrétin ou entretiens de Magdelon et de Julie.*]

_____ *critique de J: Ch:* 8º.

[*Histoire critique de Jésus-Christ, ou analyse raisonné des Évangiles.* [Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach.] S. l. n. d. (1770) segundo Vercruysse).]

Philosoph. & polit. des etablissements des Européens 12º, com mapas, figs., 7 vols.

[*Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes.* 6 vols. [Guillaume Thomas François Raynal.] Amsterdã, 1770.]

L'homme aux 40 ecus.

[*Homme* (*l'*) *aux quarante écus.* [François Marie Arouet de Voltaire]. S. l., 1768.]

De l'homme de ses facultes & c. p. Helvétius 2 vols., 12º, 1775.

[*Homme* (*de l'*), *de ses facultés intellectuelles et de son éducation. Ouvrage posthume de m. Helvétius.* 2 vols. [Claude Adrien Helvétius.] Londres, 1773.]

Journal historique des révolutions opérées en France p. m. Maupeou 3 vols., 8º.

[*Journal historique de la révolution opérée dans la constitution de la monarchie française par m. Maupeou, chancelier de France*, 7 vols. [Mathieu François Pidansat de Mairobert e Barthélemy François-Joseph Moufle d'Angerville.] Londres, 1774-6.]

Lettres sur les aveugles, les sourds, & les muets par Diderot, 12º, figs.

[*Lettre sur les aveugles à l'usage de ceux qui voyent.* [Denis Diderot.] Londres, 1749.]

[*Lettres sur les sourds et muets, à l'usage de ceux qui entendent et qui parlent, addressée à M***.* [Denis Diderot.] S. l., 1751.]

_____ *Cherakiessiennes par J: J: Rufus Sauvage Européen.*

[*Lettres iroquoises.* 2 vols. [Jean Henri Maubert de Gouvest.] "Irocopolis", 1752. Mais tarde, publicado com o título *Lettres cherakéesiennes, mises en français, de la traduction italienne. Par J.-J. Rufus, sauvage européen.* Esta edição contém apenas 37 das 43 cartas.]

_____ *a Eugenie contre les préjugés* 12º, 2 vols.

[*Lettres à Eugenie, ou préservatif contre les préjugés*. [Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach.] 2 vols. Londres, 1768.]

_____ *Philosophiques de Voltaire.*

[*Lettres philosophiques par m. de V...* [François Marie Arouet de Voltaire.] Amsterdã, 1734. Também publicado com o título *Lettres écrites de Londres sur les Anglais et autres sujets*.]

_____ *de l'abbé Terray a mr. Turgot.*

[*Lettre de m. Terray, ex-contrôleur général à m. Turgot, pour servir de supplément à la correspondance entre le sieur Sorhouet et m. de Maupeou*. [Matthieu François Pidansat de Mairobert?] S. l. n. d.]

Margot la ravaudeuse 12º, figs.

*Margot la ravaudeuse, par m. de M****. [Charles Louis Fougeret de Montbron.] S. l., 1750. [Cioranescu menciona uma edição suprimida em 1748.)]

Matinées du roy de Prusse 12º.

[*Matinées* (*les*) *du roi de Prusse, écrites par lui-même*. [Barão Benoît Patono? Ou conde de Schwerin?] Berlim, 1766.]

Méditations philosophiques sur Dieu le monde & l'homme.

[*Méditations philosophiques sur Dieu, le monde et l'homme*. [Théodore Louis Lau.] Königsberg, 1770.]

Mémoires autentiques de m. la comtesse Du Barry 1775.

[*Mémoires authentiques de mme. la comtesse Du Barry par le chevalier Fr. N...* Londres, 1772.]

Le moyen de parvenir 12º, 1773.

[*Moyen* (*le*) *de parvenir, oeuvre contenant la raison de tout ce qui a été, est, et sera: avec démonstrations certaines et nécessaires, selon la rencontre des effets de vertu*. [François Brouart, dito Béroalde de Verville?] S. l., 1610.]

De la nature humaine par Hobbes 8º, 1772.

[*Nature* (*de la*) *humaine, ou exposition des facultés, des actions et des passions de l'âme et de leurs causes, déduites d'aprés des principes qui ne sont communéments ni reçus ni connus. Par Thomas Hobbes: ouvrage traduit de l'anglois*. [Tradução de Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach.] Londres, 1772. Traduzido de *Humane nature: or the fundamental elements of policie* (1650) de Thomas Hobbes.]

Oeuvres philosophiques de La Mettrie 12º. 3 vols. 1775.

[*Oeuvres philosophiques de m. de La Mettrie*. Julien Offray de la Mettrie. Londres, 1751; o número de volumes varia nas edições subseqüentes.]

_____*de Jean Jacques Rousseau* 8º. 11 vols. fig. 1775.

[*Oeuvres diverses de m. J.J. Rousseau*, 2 vols. Jean-Jacques Rousseau. Paris, 1756; o número de volumes varia muitíssimo nas edições subseqüentes.]

Opinions des anciens sur les Juifs par Mirabeau & reflex; impartiales sur l'Év:

[*Opinions des anciens sur les Juifs. Réflexions impartiales sur l'Évangile, par feu m. de Mirabaud*. [Jean Baptiste Mirabaud? Ou Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach? Edição apresentada por Jacques-André Naigeon.] Londres, 1769. As *Réflexions* serão editadas de novo em 1777, com o título *Examen critique du Nouveau Testament, par m. Fréret*.]

La Parnasse libertin 8º.

[*Parnasse libertin, ou recueil de poésies libres*. Amsterdã, 1769.]

Le philosophe ignorant, fig.

[*Philosophe* (*le*) *ignorant*. [François Marie Arouet de Voltaire.] S. 1., 1766.]

Philosophie de l'histoire par l'abé Bazin 8º.

[*Philosophie* (*la*) *de l'histoire, par feu m. l'abbé Bazin*. [François Marie Arouet de Voltaire.] Amsterdã, 1765.]

Pièces détachées, relatives au clergé séculier & régulier 8º. 3 vols. 1773.

[*Pièces détachées, relatives au clergé séculier et régulier*, 3 vols. [Edição apresentada por François Jacques Maximilien de Chastenet, marquês de Puységur.] Amsterdã, 1771.]

Politique naturelle ou discours sur les vray principes du gouvernement 8º.

[*Politique* (*la*) *naturelle. Ou discours sur les vrais principes du gouvernement par un ancien magistrat*. 2 vols. [Paul Henri Dietrich, barão de Holbach?] Londres, 1773.]

Le porte feuille d'un philosophe 8º. 6 vols.

[*Portefeuille* (*le*) *d'un philosophe, ou mélange de pièces philosophiques, politiques, critiques, satiriques et galantes*. 6 vols. [Henri Joseph du Laurens.] Colônia, 1770.]

Le portier des Chartreux 12º. 2 vols. fig: 1775

[*Histoire de dom B***, portier des Chartreux, écrite par lui-même*. [Jacques Charles Gervaise de Latouche? Ou Charles Nourry?] Roma, s. d. (c. 1745, segundo Martin Mylne Frautschi). Mais tarde, publicado com os títulos *Le portier des Chartreux*, *Histoire de Gouberdom* e *Mémoires de Saturrin*.]

Profession de foy des théistes.

[*Profession* (*la*) *de foy des théistes, par le comte Da... au R. D. Traduit de l'allemand*. [François Marie Arouet de Voltaire.] S. 1. n. d. (1768, segundo Bengesco).]

La Pucelle d'Orléans en 18 chantes 24.

_____*en 21 chantes* 8º.

[*Pucelle* (*la*) *d'Orléans, poème héroï-comique*. François Marie Arouet de Voltaire. Louvain, 1755.]

Questions sur l'Encyclopedie 8º. 9 vols.

[*Questions sur l'Encyclopédie par des amateurs*. 9 vols. [François Marie Arouet de Voltaire.] S. l., 1770-2.]

Receuil de comedies & chansons gailliardes.

[*Recueil de comédies et de quelques chansons gaillardes. Imprimé pour ce monde*. S. l., 1775.]

Relations de la mort du chevalier de La Barre.

[*Relation de la mort du chevalier de La Barre, par m. Cass***, avocat au*

Conseil du Roi, à m. le marquis de Beccaria, écrite em 1766. [François Marie Arouet de Voltaire.] S. l., 1766.]

Romans et contes philosophiques de Voltaire.

[*Romans et contes philosophiques par m. de Voltaire.* 2 vols. [François Marie Arouet de Voltaire.] Londres, 1775 (na verdade, 1772, segundo Bengesco).]

Système de la nature 8º. 2 vols. 1775 *trés belle ed.*

[*Système de la nature, ou des lois du monde physique et du monde moral, par m. Mirabaud.* 2 vols. [Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach? Ou Denis Diderot? Londres, 1770.]

_____*Social* 8º. 3 vols. 1775.

[*Système social. Ou principes naturels de la morale et de la politique, avec un examen de l'influence du gouvernement sur les moeurs.* 3 vols. [Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach.] Londres, 1773.]

Tableau philosop. du genre humain, depuis l'origine du monde jusqu'à Constantin 8º.

[*Tableau philosophique du genre humain depuis l'origine du monde jusqu'à Constantin. Traduit de l'anglois.* [Charles Borde.] 3 vols. Londres, 1767.]

_____*des saints* 8º. 2 vol.

[*Tableau de saints, ou examen de l'esprit, de la conduite, des maximes et du mérite des personnages que le christianisme révère et propose pour modèles.* 2 vols. [Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach.] Londres, 1770.]

Le taureau blanc p m. de Voltaire 8º.

[*Taureau* (*le*) *blanc. Traduit du syriaque par Mamaki.* (Em outras edições, sob o pseudônimo... *Dom Calmet.*) [François Marie Arouet de Voltaire.] "Memphis", 1774.]

Théologie portative 8º.

[*Théologie portative ou dictionnaire abrégé de la religion chrétienne. Par m. l'abbé Bernier, licencié en théologie.* [Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach.] Londres, 1768.]

De la tolérance dans la religion 8º.

[*Tolérance* (*de la*) *dans la religion ou de la liberté de conscience. Par Crellius. L'intolérance convaincue de crime et de folie. Ouvrage traduit de l'anglois.* [Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach.] Londres, 1769.]

Traité sur la tolérance par Voltaire.

[*Traité sur la tolérance.* [François Marie Arouet de Voltaire.] S. l., 1763.]

_____*des trois imposteurs.*

[*Traité des trois imposteurs.* [Vroes?] Yverdon, 1768. Mais tarde, publicado com o título *La vie et l'esprit de m. Benoît Spinoza*, edição revisada por Jean Amyon e Jean Rousset.]

Venus dans le cloître, ou la religieuse en chemise fig.

[*Vénus dans le cloître,ou la religieuse en chemise.* [Jean Barrin.] Colônia, 1683 (c. 1682, segundo Gay). Mais tarde, publicado com os títulos *Les*

délices du cloître ou la religieuse éclairée, La religieuse en chemise ou la nonne éclairée e *La nonne éclairée ou les délices du cloître.*]

Voyage & aventures de Jacques Massé 2 vols.

[*Voyages et aventures de Jacques Massé* [Simon Tyssot de Patot.] Bordeaux, 1710.]

Le vray sens du système de la nature 8º.

[*Vrai* (*le*) *sens du système de la nature, ouvrage posthume de m. Helvétius.* [Claude Adrien Helvétius ou Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach?] Londres, 1774.]

Singularités de la nature.

[*Singularités* (*les*) *de la nature, par um académicien de Londres, de Bologne, de Pétersbourg, de Berlin, etc.* [François Marie Arouet de Voltaire.] Basiléia, 1768.]

Dictionnaire philosophique 12º 2. vols.

[*Dictionnaire philosophique portatif.* [François Marie Arouet de Voltaire.] Londres, 1764. Mais tarde, publicado com o título *La raison par alphabet.*]

Evangile de la raison.

[*Évangile* (*l'*) *de la raison. Ouvrage posthume de M. D. M... Y.* [Edição apresentada por François Marie Arouet de Voltaire.] S. l. n. d. (1764, segundo Cioranescu e Bengesco)]

Examen critique de Freret.

[*Examen critique des apologistes de la religion chrétienne, par m. Fréret.* [Jean Lévesque de Burigny?] S. l., 1766.]

L'epitre aux Romains.

[*Épître* (*l'*) *aux Romains, par le comte Passeran. Traduit de l'italien.* [François Marie Arouet de Voltaire.] S. l. n. d. (1768, segundo Cioranescu e Bengesco)]

Le cathécumêne.

[*Catéchumène* (*le*), *traduit du chinois.* [Charles Borde.] Amsterdã, 1768. Mais tarde, publicado com o título *L'Américain sensé par hazard en Europe, et fait chrétien par complaisance.*]

Le militaire philosophe.

[*Militaire* (*le*) *philosophe ou difficultés sur la religion proposées au r. p. Malebranche, prêtre de l'Oratoire. Par un ancien officier.* [Paul Henri Dietrich Thiry, barão de Holbach, e Jacques André Naigeon.] Londres, 1768.]

Le compère Matthieux.

[*Compère* (*le*) *Matthieu, ou les bigarrures de l'esprit humain.* 3 vols. [Henri Joseph du Laurens.] Londres, 1766.]

Les choses utiles & agreables

[*Choses* (*les*) *utiles et agréables.* 3 vols. [François Marie Arouet de Voltaire.] Berlim, 1769-70.]

Les questions de Zapata.

[*Questions* (*les*) *de Zapata, traduites par le sieur Tamponet, docteur de Sorbonne*. [François Marie Arouet de Voltaire.] Leipzig, 1766.]

Les droits des hommes & leurs usurpations.

[*Droits* (*les*) *des hommes et les usurpations des autres. Traduit de l'italien*. [François Marie Arouet de Voltaire.] Amsterdã, 1768.]

Le collimaçons.

[*Colimaçons* (*les*) *du réverénd père l'Escarbotier, par la grâce de Dieu capucin indigne, prédicateur ordinaire et cuisinier du grand couvent de la ville de Clermont en Auvergne au révérend père Elie, carme chaussé, docteur en théologie*. [François Marie Arouet de Voltaire.] S. l., 1768.]

Les trois Epitres.

[*Trois* (*les*) *Epîtres*. [François Marie Arouet de Voltaire.] S. l. n. d. (As epístolas reunidas nessa obra são *L'épître à Boileau* (1769), *L'épître à l'auteur du nouveau livre des trois imposteurs* (1769) e *L'épître à Saint-Lambert* (1769).)]

Poesies gaillardes 2 vols.

[*Poésies* (*les*) *gaillardes, galantes et amoureuses de ce temps*. 2 vols. [Edição apresentada por Guillaume Colletet?] S. l. n. d. (c. 1650, segundo Gay)]

Saül, Tragedie.

[*Saul, tragédie tirée de l'Écriture Sainte par m. de V*.... [François Marie Arouet de Voltaire.] S. l., 1755 [na verdade, 1763, segundo Bengesco).]

Thérèse philosophe.

[*Thérèse philosophe, ou mémoires pour servir à l'histoire du p. Dirrag et de mlle. Eradice*. 2 vols. [X. d'Arles de Montigny? Ou Jean-Baptiste de Boyer, marquês D'Argens?] S. l. n. d. (1748, segundo Martin-Mylne-Frautschi).]

Academie des dames ou l'Aloysia n. ed. revue & augm. 8º 2 vols. fig.

[*Académie* (*l'*) *des dames, ou les entretiens galans d'Aloysia*. 2 vols. Tradução de Nicolas Chorier. s. l., 1730. (Traduzido de *Joanis Meursii elegantiae latini sermonis*, de Nicolas Chorier, 1680.) Mais tarde, publicado com o título *Le Meursius françois ou l'Académie*...

Bijoux indiscrets par Diderot 8º. fig.

[*Bijoux* (*les*) *indiscrets*. 2 vols. [Denis Diderot.] "Monomotapa", 1748.]

Le bonheur poème par Helvétius

[*Bonheur* (*le*), *poème, en six chants. Avec des fragments de quelques épîtres, ouvrages posthumes de m. Helvétius*. Claude Adrien Helvétius. Londres, 1772.]

Fragments sur l'Inde par Voltaire 8º.

[*Fragments sur l'Inde et sur le général Lalli*. [François Marie Arouet de Voltaire.] S. l., 1773. Também publicado com o título *Fragments sur quelques révolutions de l'Inde et sur la mort du comte de Lally*.]

Le jeune philosophe, ou lettres de Florival a Sophie 12º.

[*Jeune* (*le*) *philosophe, ou lettres amoureuses de Florival et de Sophie*. S. l., 1774.]

Les lauriers ecclésiastiques 12º.

[*Lauriers* (*les*) *ecclésiastiques, ou campagnes de l'abbé de T*... [Charles Jacques Louise Auguste Rochette de La Morlière.] "Luxuropolis", 1748. (A primeira edição foi publicada com o título *Les campagnes de l'abbé T****, 1747.)]

La tourière des Carmélites 8º.

[*Histoire galante de la tourière des Carmélites. Ouvrage fait pour servir de pendant au Portier des Chartreux*. [Anne Gabriel Meusnier de Querlon.] Paris, 1770 (na verdade, 1743, segundo Martin-Mylne-Frautschi). Mais tarde, publicado com o título *La tourière des carmélites*.]

Les guêbres ou la tolérance tragédie.

[*Guèbres* (*les*), *ou la tolérance, tragédie par m. D**** *M****. [François Marie Arouet de Voltaire.] S. l., 1769.]

L'humanité Poeme nouveau en 6 chants.

[*Humanité* (*l'*), *poème en six chants*. [B. Voiron.] S. l. n. d.]

République des incrédules 12º. 5 vols.

[Talvez *La république des philosophes, ou histoire des Ajaciens, ouvrage posthume de m. Fontenelle*. Bernard Le Bouvier de Fontenelle. Genebra, 1768.]

Histoire des diables modernes 12º.

[*Histoire des diables modernes par m. A****. [Adolphus Joy.] Londres, 1763. Mais tarde, publicado com esse título, seguido de... *par mr. Adolphus, Juif anglois, docteur en médicine, troisième édition*.]

Dissertation sur l'abaye de St. Claude, & pieces p les main mortables.

[*Dissertation sur l'établissement de l'abbaye de S. Claude, ses chroniques, ses légendes, ses chartes, ses usurpations, et sur les droits des habitants de cette terre*. [Charles Gabriel Frédéric Christin.] Neuchâtel, 1772.]

Le theïsme.

[*Theïsme* (*le*), *essai philosophique*. 2 vols. [Charles Elie, marquês de Ferrières.] Londres, 1773.]